

Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.351.403 - SP
(2018/0216639-3)**

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE
EMBARGANTE : ROBERTO MARCHESI BICALHO
ADVOGADOS : DOMINGOS ASSAD STOCCO - SP079539
FÁBIO LUÍS MARCONDES MASCARENHAS - SP174866
EMBARGADO : CELSO MANICA
ADVOGADO : PEDRO ARAÚJO - MG057855
INTERES. : BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
INTERES. : JOSE CARLOS DE ANDRADE

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO NO JULGADO. INEXISTÊNCIA. EMBARGOS REJEITADOS.

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por Roberto Marchesi Bicalho à decisão de fls. 216-220 (e-STJ), assim ementada:

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. CESSÃO DE CRÉDITO. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO E OMISSÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. NÃO CARACTERIZAÇÃO. ALEGAÇÃO DE VÍCIO DE REPRESENTAÇÃO POR PARTE DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA CEDENTE. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULA E REEXAME DE PROVAS. DESCABIMENTO. SÚMULAS 5 E 7/STJ. FUNDAMENTO INATACADO. SÚMULA 283/STF. ANUÊNCIA DO DEVEDOR EM RELAÇÃO À CESSÃO. DESNECESSIDADE. APLICAÇÃO DA LEI DE USURA AO CRÉDITO CEDIDO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

Alega o recorrente que, embora a decisão embargada tenha entendido que há óbice à análise do mérito em vista da ausência de prequestionamento (Súmulas 282 e 356/STF), "as matérias aqui tratadas são de ordem pública, ou seja, extrapolam a singularidade deste processo" (e-STJ, fl. 225).

Nesse sentido, sustenta que são duas as questões centrais a serem

Superior Tribunal de Justiça

enfrentadas: **i)** a cobrança de juros bancários por pessoa física, o que é vedado pela Constituição Federal e também pelo Decreto n. 22.626/1933, sendo, inclusive, crime essa prática; e **ii)** a nulidade do contrato de cessão de crédito que aparelhou o ajuizamento da execução porque celebrado por pessoas sem poderes para tanto.

Argumenta que ambas as matérias são de ordem pública e podem ser conhecidas de ofício, razão pela qual "o formalismo legal para admissão da análise de mérito dos recursos não pode se sobrepor às questões de caráter público e que traduzem proteção a direitos fundamentais, ainda que infraconstitucionais, como os aqui debatidos" (e-STJ, fl. 225).

Impugnação apresentada às fls. 230-232 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

Trata-se, na origem, de execução de título extrajudicial ajuizada em desfavor do ora embargante e outros, fundada na Cédula de Crédito Bancário n. 3928001000561, firmada em 27/6/2008, no valor original de R\$ 118.220,00 (cento e dezoito mil, duzentos e vinte reais), na qual ele figura como avalista.

Durante o andamento do feito, ocorreu a cessão dos direitos creditórios da instituição financeira (cedente) a Celso Manica (cessionário), a qual foi deferida judicialmente pela decisão que foi objeto do agravo de instrumento julgado pelo Tribunal estadual.

A tese inaugural apresentada pelo cessionário, em seu agravo de instrumento, foi a de que o responsável pela assinatura da cessão de crédito pelo banco (Dr. Jorge Donizeti Sanchez) não estaria investido de poderes para fazê-lo, tendo sido a questão enfrentada pelo Colegiado local aos seguintes fundamentos (e-STJ, fls. 138-139):

(...).

O Dr. Jorge Donizeti Sanchez (patrono do banco agravado) tinha poderes para subscrever a cessão de crédito, conforme atesta o documento juntado às fls. 96/97 deste agravo de instrumento, denominado "termo de ratificação de ato praticado por mandatário".

Por meio do referido documento, a instituição bancária, representada pelos Senhores Júlio César de Oliveira Picorone e Adriana Cristina Papafilipakis Graziano, declarou que "em atenção ao r. despacho de fls. 93 proferido nos autos no agravo de instrumento n. 212447-70.2016.8.26.0000, ratificar as Cessões de Crédito noticiadas nos autos pelo advogado JORGE DONIZETE SANCHEZ (...),

Superior Tribunal de Justiça

figurando como CESSIONÁRIO o Sr. CELSO MANICA” grifei.

Note-se, ainda, que, conforme se depreende da procuração juntada às fls. 98/109, tal termo de ratificação foi assinado por pessoa com poderes específicos para fazê-lo.

O aludido termo, indiscutivelmente, põe uma pá de cal em qualquer dúvida acerca da validade da cessão em apreço, haja vista que, por meio dele, a instituição financeira (parte mais interessada na verificação de eventual vício de consentimento), além de afirmar de forma categórica “que não há que se falar em vício de consentimento, eis que o exequente, no presente negócio jurídico, fora devidamente representado” (fls. 86), comprova a validade da transação.

Assim, o fato de o substabelecimento de fls. 31/33 não ter outorgado poderes específicos para o referido patrono ceder, mas tão somente “receber citações, intimações, prestar depoimento pessoal em Juízo, confessar, transigir, desistir, renunciar, juntar e/ou retirar documentos, usar dos recursos legais, levantar depósitos, receber e dar quitações relativas a pendências judiciais, assinar auto de adjudicação, nomear prepostos”, restou superado, não alterando a eficácia da noticiada transmissão.

(...).

Nesse sentido, para acolher a alegação recursal, de que tanto a cessão de crédito quanto o termo de ratificação não teriam sido assinados por pessoas com poderes de representação, seria necessária a interpretação das cláusulas dos referidos documentos, assim como o reexame do acervo fático-probatório da causa, o que não se admite em âmbito de recurso especial, ante o óbice das Súmulas 5 e 7 deste Tribunal.

Por sua vez, no que se refere à alegação de que as pessoas não integrantes do Sistema Financeiro Nacional estão impedidas de cobrar juros acima dos legalmente permitidos pela Lei de Usura, trata-se de matéria que não foi objeto de deliberação no Tribunal de origem, tampouco foi suscitada sua discussão por ocasião da oposição dos embargos de declaração. Desse modo, ressen-te-se o recurso especial, no ponto, do indispensável prequestionamento (Súmulas 282 e 356/STF).

Aliás, embora a cobrança de juros acima do limite permitido por lei não configure matéria de ordem pública, cumpre assinalar que, no âmbito do recurso especial, mesmo as questões passíveis de conhecimento de ofício, não prescindem do requisito do prequestionamento.

Confira-se:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. IMPUGNAÇÃO. AUSÊNCIA. SÚMULA N.

Superior Tribunal de Justiça

182/STJ. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. Nos termos da jurisprudência pacífica desta Corte, ainda que se trate de matéria de ordem pública, é exigido o requisito do prequestionamento.

2. É inviável o agravo previsto no art. 1.021 do CPC/2015 que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada (Súmula n. 182/STJ).

3. Agravo interno não conhecido.

(AgInt no AREsp n. 826.816/MT, Relator o Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 5/10/2016).

Verifica-se, portanto, que a pretexto da existência de vício no julgado, o que pretende o ora embargante é a atribuição de efeitos infringentes à decisão impugnada, a fim de reverter o resultado do julgamento que lhe foi desfavorável.

Todavia, os embargos de declaração possuem índole particular e fundamentação vinculada, cujo objetivo é a declaração do verdadeiro sentido de uma decisão eivada de obscuridade, contradição, omissão ou erro material, nos termos do que dispõe o art. 1.022, I, II e III, do CPC/2015, o que não se verifica na hipótese.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator